

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.675 - RJ (2019/0018604-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : THIAGO HENRIQUE GOMES OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : FRANCISCO AMARO DE ALENCAR - RJ162076
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** com pedido de liminar interposto por THIAGO HENRIQUE GOMES OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (fl. 46):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS E PORTE DE MATERIAL BÉLICO - ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06 E ART. 12 DA LEI 10.826/03 – CORRETAS E BEM FUNDAMENTADAS AS DECISÕES DE CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA, BEM COMO A QUE MANTEVE A CAUTELA, ABARCANDO TODOS OS ASPECTOS NECESSÁRIOS PARA A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA - PRESENTES OS REQUISITOS QUE AUTORIZAM O CÁRCERE, POR GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – SEGUNDO NARRA A DENÚNCIA, O RÉU TINHA EM DEPÓSITO 24,26 G DE COCAÍNA E 25,20 G DE MACONHA, ALÉM DE UM CARREGADOR CALIBRE 7,65 MM - CONSTA DOS AUTOS QUE A POLÍCIA CHEGOU AO PACIENTE A PARTIR DE UMA DENÚNCIA DA FAMÍLIA DA COMPANHEIRA DELE, QUE ESTARIA DESAPARECIDA, SENDO QUE ELE JÁ OSTENTA EM SUA FAC DUAS OUTRAS CONDENAÇÕES COM TRÂNSITO EM JULGADO – NÃO FOI JUNTADA AOS AUTOS PROVA DE LABOR LÍCITO E NEM COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA FIXA – NECESSIDADE DA PRISÃO POR GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL - INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ARTIGO 319 DO CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – ORDEM DENEGADA.

O recorrente teve prisão preventiva decretada em 06/02/2016, na ocasião em que foi oferecida denúncia pela prática dos delitos do art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006 e do art. 12 da Lei n. 10.826/2003, pois, em sua

Superior Tribunal de Justiça

residência, foram encontradas 83 porções de cocaína (24,26 gramas) e 9 porções de maconha (25,20 gramas), além de um carregador de arma de fogo calibre 7.65 mm.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva com aplicação de medidas cautelares.

Pedido liminar indeferido às fls. 180-181.

Informações prestadas às fls. 193-200.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 207-212 pelo desprovimento do recurso, em parecer que restou assim ementado:

"EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. GRAVIDADE CONCRETA. ELEVADA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, COM REGISTRO DO ENVOLVIMENTO DE MENORES NO TRÁFICO DE DROGAS. REITERAÇÃO DELITIVA. PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO".

À fl. 216 intimei a parte recorrente para regularizar a representação processual.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, foi verificado que não havia nos autos procuração outorgada ao ilustre Advogado subscritor do presente recurso ordinário. Ainda que se considere que na impetração de **habeas corpus** não se exija a produção de instrumento de mandato, uma vez que qualquer um do povo pode impetrar o remédio heróico, tal faculdade não se estende à interposição do respectivo recurso ordinário.

Foi determinada a intimação do recorrente para que regularizasse a representação processual, no prazo improrrogável de 05 dias, nos termos do art. 77, c.c. o art. 932, parágrafo único do CPC, sob pena de não conhecimento

Superior Tribunal de Justiça

do presente recurso (fl. 216).

Devidamente intimado, certidão de fl. 217, o recorrente ficou-se inerte, conforme fl. 219.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.



MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator